



CONTABILIDADE E SERVIÇOS, LDA

CIRCULAR 02/2012

NOVAS REGRAS DE FACTURAÇÃO – DL N° 198/2012, de 24 de agosto

Lisboa, 1 de outubro de 2012

Estimados clientes:

Nos últimos anos a Administração Fiscal (agora Tributária, vulgo AT) tem seguido uma linha de orientação virada para o controlo da facturação dos sujeitos passivos de imposto. Relembramos a introdução do ficheiro SAFT-PT nos programas de facturação, depois passou-se para a certificação desses mesmos programas pela AT, primeiro para contribuintes com volume de negócios superior a 250.000€ até chegar aos contribuintes com mais de 100.000€ de facturação, limite este a vigorar a partir de janeiro de 2013 (isto se o limite não baixar novamente).

Através da comunicação social, as notícias vão chegando, pelo menos aos mais atentos às notícias sobre o panorama fiscal português. Contudo, nem toda a informação chega e da forma mais correcta, pelo que, nesta matéria que vamos abordar, por toda a importância que o assunto reveste, optámos pela emissão de uma circular informativa.

Vamos analisar mais concretamente o decreto-lei que saiu no passado dia 24 de agosto, altura das férias da maior parte dos portugueses. Face às inúmeras horas que este trabalho acarreta, esperamos que tenha o máximo de utilidade aos clientes da Saturno.

ARTº 3º DO DL198

- Comunicação dos elementos das facturas

Os sujeitos passivos de IVA são obrigados a comunicar à AT, por transmissão electrónica de dados, os elementos das facturas por uma das seguintes vias:

- a) Por transmissão electrónica de dados em tempo real, integrada em programa de facturação electrónica;
- b) Por transmissão electrónica de dados, mediante remessa de ficheiro SAFT-PT;
- c) Por inserção directa no Portal das Finanças;
- d) Por outra via electrónica, nos termos a definir por portaria.

A comunicação deve ser efectuada até ao dia 8 do mês seguinte ao da emissão da factura. Não é possível alterar a via de comunicação no decurso do ano civil.

Os sujeitos passivos de IRC, ou seja, empresas, têm de optar pela opção a) ou b), referida anteriormente.

- Elementos de cada factura

O modelo de dados que a AT vai disponibilizar no Portal das Finanças para fazer a comunicação deve conter aos seguintes elementos relativamente a cada factura: NIF do emitente, nº da factura, data de emissão, tipo de documento, NIF do adquirente (se identificado) valor da

transmissão de bens ou prestação de serviços, taxas aplicáveis ou motivo justificativo da não aplicação do imposto e montante de iva liquidado.

- Sectores específicos de actividade

A AT disponibiliza às pessoas singulares, até ao final do mês seguinte ao da sua emissão, no Portal das Finanças, a identificação das facturas emitidas pelos sujeitos passivos nos seguintes sectores de actividade:

- a) Manutenção e reparação de veículos automóveis;
- b) Manutenção e reparação de motociclos, de suas peças e acessórios;
- c) Alojamento, restauração e similares;
- d) Actividades de salões de cabeleireiro e institutos de beleza.

As pessoas singulares podem comunicar à AT as facturas que não foram disponibilizadas no Portal das Finanças após a data referida. Se o emitente das facturas estiver enquadrado noutros sectores de actividade, as pessoas singulares devem também comunicar no Portal das Finanças as facturas que constam como adquirentes, sob pena de não serem elegíveis para o incentivo fiscal.

- Pessoas singulares que também sejam sujeitos passivos de IVA

As pessoas singulares que sejam também sujeitos passivos de IVA devem indicar quais as facturas que sejam “pessoais”, ou seja, fora do âmbito da sua actividade empresarial/profissional, sob pena de todas as facturas não serem elegíveis para o incentivo fiscal.

ARTº 4º DO DL198

- Estatuto dos Benefícios Fiscais

Dedução à colecta de IRS de 5% do IVA suportado por qualquer membro do agregado familiar, com o limite global de 250€, de facturas comunicadas à AT dos sectores de actividade referidos. De notar que a declaração de IRS deve ser entregue dentro do prazo.

Os adquirentes devem exigir a inclusão do NIF nas facturas de modo a beneficiar do incentivo.

A AT disponibiliza no Portal das Finanças o montante do incentivo até ao dia 10 do mês de fevereiro do ano seguinte ao da emissão das facturas.

ARTº 7º DO DL198

- Regime de bens em circulação

Os documentos de transporte (factura, guia de remessa, nota de devolução, guia de transporte ou documentos equivalentes) devem ser emitidos por uma das seguintes vias:

- a) Por via electrónica;
- b) Através de programa informático previamente certificado pela AT;
- c) Através de software interno cujos direitos de autor seja detentor;
- d) Directamente no Portal das Finanças;
- e) Em papel, utilizando-se impressos numerados seguida e tipograficamente.

Os sujeitos passivos que tenham um volume de negócios superior a 100.000€ são obrigados a comunicar à AT, os elementos dos documentos de transporte processados nos termos referidos anteriormente, antes do início do transporte. A comunicação é feita da seguinte forma:

- a) Por transmissão electrónica de dados para a AT, nos casos previstos de emissão a) a d);
- b) Através de serviço telefónico disponibilizado para o efeito, com inserção no Portal das Finanças até ao 5º dia útil seguinte.

- Caso particular das tipografias

As tipografias deixam de registar em livro próprio os documentos de transporte para passar a fazer exclusivamente em suporte informático, mantidos em arquivo pelo prazo de 4 anos.

Até aqui havia a comunicação anual, até ao dia 15 de março, à AT. Vai deixar de haver esta comunicação, para passar a ser feita por via electrónica, no Portal das Finanças, e por cada requisição dos sujeitos passivos e previamente à impressão nos respectivos documentos.

ARTº 8º DO DL198

- Disposição Regulamentar

O modo de cumprimento das obrigações de comunicação do regime de bens em circulação é regulamentado por portaria do Ministro das Finanças.

ARTº 11º DO DL198

- Entrada em vigor

O diploma entra em vigor em 1 de janeiro de 2013.

Conclui-se a apresentação das novas regras sobre facturação e do regime de bens em circulação.

Aconselhamos a leitura atenta e se, necessário, uma segunda leitura pela importância que este assunto tem na vida das empresas e os possíveis investimentos (gastos) que possa ter de haver para cumprir com os novos requisitos.

Quanto às empresas que emitem documentos de transporte e facturem mais de 100.000€ e também as tipografias, aconselhamos a leitura do próprio Regime de Bens em Circulação, que foi republicado na íntegra por este DL 198/2012.

Depois da leitura atenta desta Circular (e também do próprio DL, se for caso disso) estamos à disposição dos nossos clientes para mais esclarecimentos, se assim for necessário.

Apesar de ainda estarmos a alguma distância da entrada em vigor (cerca de 3 meses) estamos a equacionar realizar uma acção de formação a nível informático, eventualmente em janeiro, de modo a explicarmos a quem tiver mais dificuldade como se opera no Portal das Finanças, preparando os nossos clientes para a realidade que aí vem.

Não deixe de consultar o nosso sítio na net www.saturno.pt encontrando muita informação útil na área exclusiva.

Com os melhores cumprimentos.

A.Pereira